

A DIMENSÃO LITERÁRIA DA GEOGRAFIA E A DIMENSÃO POLÍTICA DA LITERATURA: A mesma face de uma reflexão múltipla

GEOGRAPHY LITERARY DIMENSION AND LITERATURE POLITICAL DIMENSION: The Same Face Of A Multiple Reflection

LA DIMENSIÓN LITERARIA DE LA GEOGRAFÍA Y LA DIMENSIÓN POLÍTICA DE LA LITERATURA: La Misma Cara De Una Reflexión Múltiple

RESUMO

Geografia e literatura se posicionam na mesma esfera: ambas são dizeres; usam a linguagem para produzir a sua identidade, contudo, como linguagem se diferenciam. Enquanto a literatura é expressão e meio de experimentar a potência ficcional da vida, a geografia, sob o amparo e a ação de conceitos, teorias e métodos, promove explicações do mundo mediante a interpretação do território. Algo também as unificam: a vigência das sociedades mundializadas implicam na organização, na estruturação e nos sentidos do fazer geográfico, assim como na arte literária, nos seus gêneros, nos estilos, nas formas textuais – e também em seus sentidos. Com o objetivo de demonstrar a dimensão literária da geografia e a dimensão política da literatura, este trabalho origina-se de pesquisas, diálogos, seminários, organização de redes de pesquisa, com o propósito de alçar uma crítica ao formalismo acadêmico da geografia, contrapor-se à tirania velada do escritura apressada do habitus acadêmico, que se tornou dominante na geografia brasileira contemporânea.

Palavras chaves: geografia, literatura, narrativas geográficas, escrituras geográficas.

ABSTRACT

Geography and literature are in the same sphere: both are sayings; they use language to produce identity, however, as a language they differ. While literature is an expression and a way of experiencing fictional power of life, geography, on concepts of protection and action, theories and methods, promotes world explanations through territory interpretation. Something also unifies them: globalized societies validity implies organization, structuring and the senses of doing geography, as well as literary art, its genres, styles, textual forms – and its meanings too. In order to demonstrate geography literary dimension and literature political dimension, this study originates from research, dialogues, seminars, organization of research networks, to raise a criticism to geography academics formalism, counterpoint- to the veiled hasty writing tyranny of academic habitus, which became dominant in contemporary Brazilian geography.

Key words: geography, literature, geographical narratives, geographic scriptures.

RESUMEN

Geografía y literatura se posicionan en la misma esfera: ambas usan el lenguaje para producir su identidad, sin embargo como lenguaje difieren. Si bien la literatura es una expresión y un medio para experimentar el poder ficticio de la vida, la geografía, bajo el amparo y la acción de conceptos, teorías y métodos, promueve explicaciones del mundo a través de la interpretación del territorio. Algo también las une: la validez de las sociedades globalizadas implica organización, en la estructuración y en los sentidos del quehacer geográfico, así también como en el arte literario, en sus géneros, en los estilos, en las formas textuales – y también en sus sentidos. Para demostrar la dimensión literaria de la geografía y la dimensión política de la literatura, este trabajo se origina de investigaciones, diálogos, seminarios, organización de redes de investigación, con el propósito de plantear una crítica al formalismo académico de la geografía, en contrapunto con la velada tiranía de la escritura rápida del habitus académico, que se ha convertido en dominante en la geografía brasileña contemporánea.

Palabras claves: geografia, literatura, narrativas geográficas, escrituras geográficas.

Introdução

As análises da conjuntura política e econômica brasileira, no atual período, com frequência, certificam que as lutas sociais contra o autoritarismo, contra as atitudes neoliberais que exterminam direitos dos trabalhadores e contra as ideologias que cooptam a mente dos oprimidos, passam por um combate de narrativas. Em muitos casos, setores sociais progressistas desenvolvem uma autocrítica esmerada nessa constatação: a derrota conjuntural dos trabalhadores ao autoritarismo é uma derrota de uma forma de narrar, portanto, de dizer o mundo. Advém da autocrítica o alerta: é necessário mudar a forma de dizer. Diante disso está posto hoje a dimensão política da palavra. Pois o dizer – como enunciou Freire (1998), é uma peça de fazimento do mundo.

A literatura é, por excelência, uma arte da palavra. Em literatura elucida-se o que, para Octávio Paz (1984), é a assunção da vida humana: a linguagem. O ser humano é linguagem. Inseparável da linguagem, o viver é um dizer espesso – estendido; o dizer esclarece a vida. Ao dizer o sujeito se constitui para o Outro e para si. Estabelece relações, interroga, decide, afirma valores, aprende, abre-se como potência. É devir. Devir histórico.

Membros da rede ENTREMEIO (Rede de pesquisa, Geografia, Turismo e Literatura) e do GT – Grupo de Trabalho – Geografia e Literatura – diálogos possíveis – ENANPEGE (Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia), a partir de eventos, de pesquisas e de encontros, na sucessão de um conjunto de atividades que se expandem, têm considerado que, se há uma dimensão política no fazer literário, há uma dimensão literária no fazer geográfico. A geografia produz a sua existência no círculo dos saberes constituídos e sistematizados – e também no círculo das práticas sociais dos sujeitos do mundo – por meio de sua forma de narrar. A geografia é um dizer, ao dizer se faz e dizendo torna-se uma forma de narrar. Cabe, então, problematizar que dizer é este. Cabe interrogar mais: qual é a produção de sentido dos dizeres geográficos?

Entretanto, a geografia como ciência social não é uníssona. Uma das maiores características atuais da geografia mundial e brasileira é a sua multiplicidade na forma de narrativa; nas concepções teóricas e metodológicas. Ela é múltipla diante do vasto campo temático com o qual trabalha e nas direções políticas a que se destinam. O mesmo ocorre com a literatura contemporânea: fortemente implicada pela rotação incessante de signos, pela torrente de informação e pela disputa de sentido de uma sociedade mundializada, gêneros, estilos, formulações estéticas, temas e propósitos literários se ramificam e se dissuadem numa abrangência inesgotável.

O fato é que a literatura, em sua multiplicidade, possui uma dimensão política; e a geografia, um dizer-de-sentido, possui uma dimensão literária. Esse pressuposto pode ser aclarado: qualquer transformação social que reposiciona as forças políticas, como é o caso do Brasil atual, age sobre a linguagem – e toda transformação das formas de narrar, enuncia outros dispositivos políticos. O argumento pode ser categórico: qualquer experiência humana, a atividade do trabalho, as lutas políticas, as dimensões culturais e educativas, o deslocamento nas ruas, a fluência afetiva, evidenciam a linguagem como mediadora implacável, necessária, insubstituível. Noutra posição, as mudanças políticas, culturais e sociais implicam no conteúdo da linguagem. Dessa compreensão pode-se antever: não há exterioridade entre narrativa e território porque não há exterioridade entre relações sociais e vida humana.

As reflexões que seguem se sustentam na formulação de Carlos Nelson Coutinho (2000), para o qual as ideias e as formas criativas – incluindo todos estilos de narrativa, seja da literatura ou da ciência – são expressões e componentes constituintes da realidade. Advém da premissa de Coutinho (2000), um adendo político: no Brasil, a elite operou o seu domínio político transformando a cultura num ornamento. Importar formas europeias e disseminá-las no interior do país foi um mecanismo estratégico da elite brasileira, abraçada ao poder mundial, de dominar terras, riquezas e afastar qualquer insurgência cultural originada das classes populares.

Fazer da cultura e da arte um ornamento e repudiar a voz do povo, o modo de vida de povos indígenas, as suas línguas; negar o rosto e o modo de falar do camponês, subjugar os saberes matriciais das mulheres foi, com frequência, uma forma cruel de silenciar, inferiorizar, apagar a contribuição dos trabalhadores na construção da nação. A fala popular aos ouvidos da elite soou como atraso. E a proposição do progresso – no vislumbre elitista – foi a palavra certa para um pacto com a elite dominante da metrópole desfazendo da cultura popular brasileira. Entretanto, boa parte da literatura que foi edificada no Brasil não cedeu aos intentos ornamentais e diletantes atribuídos pela elite. Consta no romanceiro, na poética e na crônica brasileiras a voz profunda do país, a luta de seu povo, a trama de poder, o *ethos* da cultura brasileira.

A partir desse pressuposto nos invocamos contra os que, no interior da geografia, veem o interesse dos geógrafos pela literatura a partir da concepção ornamental da elite. Por isso defendemos a dimensão política da literatura e, associada a essa concepção, a dimensão literária da geografia.

O útero da palavra, o útero do mundo

O teólogo, frei e escritor, Frei Betto (2017), expõe o que parece sintetizar o desígnio humano. Segundo Ele, saímos do útero da mãe ao útero da palavra – e da palavra nunca mais saímos. O escritor e ensaísta, Tezza (2012), nessa mesma direção apresenta uma contribuição ao mencionar que, quando uma palavra faz referência a uma coisa, a um objeto, ao trabalho ou a qualquer evento da vida, a experiência de dizer cria um novo acontecimento. Esse acontecimento incendeia a vida. Abre novas perspectivas para as escolhas e para as ações.

Dessas afirmações advém um princípio central das ciências do campo social: nada que existe no mundo é, em si, autoevidente, por isso, tudo nas ciências sociais e humanas é, pode e deve ser debatido; tudo depende da palavra, do sujeito que fala, do contexto em que situa o discurso, de sua flexão e contrato; de sua menção, de seu jogo ideológico, das referências. Barthes (2001), ao entender a força da palavra como luz, bússola e como repertório de vida, reclama por uma “sociologia da palavra”. Ou seja, quem fala? Quem fala o faz para quem e para quê?

Decorre disso, o que é bem situado em Orlandi (1999, p.9), quando refere-se ao papel da análise do discurso. Diz a professora e a pesquisadora que,

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise do discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (Orlandi, 1999, p.9).

O trânsito entre o simbólico e o político se constitui no mundo concreto. Nesse mundo o dizer se coloca numa dupla efetivação: expressa as contradições do mundo e o constitui. Estamos, pois, fazendo referência geográfica, pois tanto a literatura quanto a geografia se nutrem dos problemas concretos do mundo; esses problemas existem espacialmente, localizados, disputados, armados nas diferentes escalas pelas quais procedem.

Quando fazemos referência a um mundo concreto, incluindo a dimensão simbólica, podemos enunciar suas breves características. Trata-se hoje de um mundo acelerado, tecnocentrado, em que o critério da sobrevivência econômica ocorre com o crescimento e com a expansão ilimitada da economia, custando o que é chamado por Rolnik (2018), “predação ontológica”. Esse mundo, tecido numa alta voltagem, faz da aceleração a lei da vida em nome do capital, que, no plano estratégico da geopolítica dos países dominantes, abre as fronteiras para o capital e cria muros para o trabalho.

Afeito às crises iminentes, instável e perigoso, o mundo acelerado permite que os atores dominantes transformem a instabilidade econômica no preço para manter o monopólio da riqueza e do território. A manutenção do monopólio, ajustado pelas grandes corporações, aliadas à elite dos países da periferia capitalista, junta, na mesma operação, a degradação do viver, em todos os seus âmbitos, à desigualdade social, ao aumento da pobreza e à extinção das espécies. Para isso, são polvilhadas guerras, disputas, estratégias bélicas. E também ideológicas que, no plano do imaginário coletivo, tenta dizer que esse modelo de mundo é o que mais interessa ao trabalhador. Desse mundo concreto a literatura não escapa; e é tarefa da geografia explicá-lo, problematizá-lo, ajudar a transformá-lo.

No espaço em alta voltagem a hipermobilidade de capitais, de símbolos e de coisas, transforma a economia num cassino global, em que a lógica de negócios tenta governar todas as ações sociais, incluindo a subjetividades e a literatura. Especificamente os gêneros de auto-ajuda, os *best sellers*, o esotérico, cumprem um papel ideológico de defesa liberal do mundo e ao mesmo tempo produzem os denominados “novos ricos”.

Convém ainda mencionar que a participação da ciência e da tecnologia, além de satisfazerem as demandas da hipermobilidade, contribuem para o aumento da taxa do desemprego global. Isso conduz a uma cifra enorme de desempregados e a um aumento, na ordem de 60%, da taxa de trabalhadores informais. Observa-se que o mundo concreto da produção do território, em todas as escalas, não se esquivava da produção cultural, literária e artística.

A ordem geopolítica, na qual os fundamentos da economia, em forma de um cassino global e do expansionismo devorador, ao implicar na organização e nas condições de trabalho, e se transformar num operador de vida, recoloca o plano da sociabilidade (Oliveira, 2016). No vetor dominante dessa geopolítica, os atores dominantes, sejam eles a mídia, as empresas plataformas, as corporações, as religiões, as instituições que educam, tecem projetos para o corpo, para os gostos da juventude, para o desejo. Daí, são constituídos os planos simbólicos e ideológicos que, da concretude social, dentro dela, para ela, ou enfrentando-a, afigura a sociabilidade, as relações sociais, o modo espesso do dizer.

Nesse atual pleito, a força do evangelismo financeirizado que cria expedientes de vida a partir da crença metafísica na prosperidade; da esteticomania com exposições ao que faz se diariamente, do que come, para onde se vai; ou do hedonismo feito com drogas, ou por outras linhas de fuga, geram uma convulsão simbólica. O sujeito é implicado na ordem da convulsão, da dificuldade de explicar o seu mundo concreto, de problematizar o desemprego, a pobreza, a violência.

A convulsão simbólica, isto é, o expediente de visão do mundo coordenado pela economia do monopólio, pelo regime global de negócios, pela multiplicidade de concepções, pela fragmentação do trabalho e pelo temor da sobrevivência frente a violência social, urbana, sexual, gera um estranhamento na relação do sujeito com o mundo e consigo próprio. O atravessamento do mundo – especialmente das suas forças disruptivas – coordenando o sujeito por princípios de um prazer preso à imediaticidade, o conduz a ter dificuldades de se saber onde está pisando, quem é, para onde vai.

Conectado, mas carente; ligado ao mundo, mas distante de suas raízes; narcísico, contudo melancólico, perplexo e viciado, doente e violento, esse sujeito demanda pela identidade num espaço que estremece a sua consistência social e humana. Nessas condições, a linguagem, vetor da descoberta e do diálogo, se coloca como possibilidade de enfrentamento das formas de dominação. O diálogo em torno da vida concreta é uma forma de enfrentar o flagelo social, o autoritarismo; é também um meio para poder universalizar o entendimento dos problemas que afetam a vida diária dos trabalhadores.

O diálogo é uma maneira de o sujeito, diante da desestabilização, se organizar interiormente e coletivamente preparando-se para o enfrentamento. De acordo com Ronilk (2018), se não se pode correr, omitir e ignorar o mal-estar ou os problemas sociais que afligem uma classe ou um sujeito. Nesse pleito, a linguagem é uma forma de iluminar onde se está vivendo. E com quem quer andar. Contudo, a linguagem e todos os dispositivos simbólicos, uma vez que são conteúdos do mundo concreto, possuem também ambiguidades. Quando Freire

(1998), diz que o trabalhador, em comunhão, precisa pronunciar o mundo e deve fazê-lo de acordo com as suas condições reais, essa pronúncia ao mundo, correntemente, necessita ser interpelada, problematizada.

A questão pode ser simplificada numa pergunta: que dizeres interessa à libertação do trabalhador? A literatura, também cortada de conflitos, expande o dizer, a imaginação; pode universalizar e potencializar as descobertas da experiência humana, pode conduzir o pensamento ao exercício de uma devassa total, pois tudo que é humano lhe interessa. Ora, em muitos casos, no trabalho com a geografia, pode haver – e há – uma espécie de burocratização da crítica e do dizer. O expediente burocrático ocorre com a repetição, com a sloganização, com a cartelização do dizer, isso que tem sido o expediente da linguagem também de outras ciências. Especificamente a geografia, consoante aos tempos acelerados, à lei dos negócios de produção, ao desespero pela notabilidade, cai na redução do dizer. Diante disso, há que se compreender: uma literatura que faz evadir-se da vida concreta e uma ciência que gera um pensamento cativo não interessam à transformação.

A escritora, produtora cultural, ativista e comunicadora, Hollanda (2019), por meio de uma influência assumida de Mickhail Bakhtin, exprime com simplicidade o seu suporte de método. A sua análise da matéria cultural, profundamente alicerçada no mundo concreto, começa com duas interrogações: “que momento é este que estou vivendo?” e “como eu me posiciono?”. Essas perguntas mostram a efetiva ligação entre os contextos sociais e a criação. A sua proposta de método aclara algo substancial: as ideias possuem valor político, elas não se ausentam das ações e do mundo.

O mesmo procedimento é defendido por Arroyo (2012). Ao interpretar, com tino pedagógico e político, o que é um do ponto fluente da literatura contemporânea e das políticas populares, a reivindicação de fala e do lugar de fala, o autor mostra que os estilos narrativos encetados pelos sujeitos do Movimento Negro, dos coletivos femininos, dos Movimentos sociais, dos povos da floresta, de indígenas, pescadores, quilombolas, recolocam o sentido político do dizer. E além disso demonstram a importância de fazer uma fala-de-vida, que respeite o sofrimento dos trabalhadores, os seus mundos, os seus impasses, as suas dores.

A geografia que se escreve

A geografia brasileira, nos últimos 40 anos, movida de um entusiasmo extraordinário, disseminou-se pelo imenso território brasileiro, ajustou contas consigo própria num processo crítico vertido em duas direções: para dentro, ou seja, relativo a sua formulação e aos seus fundamentos; e para fora, perscrutando o sentido político de sua mirada, revelando as contradições do capitalismo e os problemas que afetam o sujeito humano, especialmente os da classe trabalhadora a partir de uma leitura do território.

Conseguiu também intervir em órgãos de fiscalização; participar de planejamentos regionais, urbanos, ambientais; aclarar as categorias e os conceitos estruturantes; deslindar as ideologias sobre as quais seriam justificado o sentido crítico de seu discurso. Mas tudo isso, com luta, conflitos internos e externos; e também com abertura aos utilitarismos exercidos por quem, dentro, filiou-se aos discursos, sem, contudo, acreditar neles como visão de mundo.

Num profundo rebuliço, cujo desdobramento foram grandes eventos acadêmicos, produção de revistas, livros, organização de grupos de pesquisa, diálogo com outros campos científicos, constituição de lideranças intelectuais e políticas, especialmente os advindos da AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil, nada foi harmônico e sem enfrentamento. Em nenhum momento, do final da década de 1970 até os nossos dias, uma perspectiva, por exemplo, progressista, agiu sem rebatimento de vertentes liberais, positivistas, mercadológicas, neopositivistas. Houve também dificuldade de aceitação do tônus diverso da geografia, qualquer tentativa de inserir novos autores, ou fundamentações, sofreu, com pressa, classificações negativistas.

Contudo, o crescimento vertiginoso, as duras penas, conseguiu gerar uma multiplicidade de perspectivas. A pluralidade, marca da gênese da geografia clássica, teve na geografia brasileira, a chancela de sua legitimação. Fundamentada por diferentes aportes, aberta às experimentações, justaposições de teorias, ligadas aos mais diversos temas, muitas vezes a pluralidade dobrou-se numa fragmentação em que um campo interno, por exemplo, poderia se tornar avesso e inaudível a outro.

Não foram poucos os geógrafos brasileiros que examinaram, em tom crítico, as fases, as lacunas, as conquistas e os conflitos consagrados nessa intensa história. Do mesmo modo, não foram poucos os geógrafos estrangeiros que, de vários continentes, se nutriram da geografia brasileira. Elementos da espinha dorsal e questões de fundamento epistemológico foram colocados ao debate.

Muitas questões foram lançadas, como a difícil relação entre aprofundamento teórico e engajamento crítico; entre o que se chamou geografia militante e o debate epistemológico; a aglutinação entre componentes físico-territoriais, conflitos espaciais e cartografia; a relação entre ação política, cultura e estudos de sujeitos; entre imaginação, criatividade e indicadores; entre geografia acadêmica e escolar; geoprocessamento e interpretação crítica. Entre disciplinaridade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade; entre pesquisa de campo e profundidade teórica; entre liberdade de pensamento e ideologia.

Toda essa riqueza de questões, somadas a um movimento mirado em várias frentes, fez da geografia brasileira uma das mais salientes do mundo. Contudo, especialmente a partir de 1990, já nos estertores de uma sociedade mundializada, houve um deslocamento decisivo: aos poucos a linha crítica comandada pela AGB foi deslocada para o controle da Pós-graduação.

A pós-graduação se tornou sedutora, um lugar de criar o que Hollanda (2019), chama de notáveis. Controladora por dentro e controlada pelas agências avaliadoras e de patrocínio, a pós-graduação gerou o apressamento, a submissão ao academicismo, à competição, à glorificação e também estimulou um conjunto de atividades como fontes da produção geográfica. Entre os vários desdobramentos desse fazer geográfico, reluziu a adesão ao que chamamos “formalismo acadêmico”. Longe de ser apenas uma peça do estilo, o formalismo tornou-se um dos fundamentos da formação em Geografia. Produto do “essencialismo abstrato”, este tornou-se uma peça do estilo da escritura geográfica, consagrou-se como plano de formação, ou seja, uma forma de ler o mundo.

O desenho da identidade discursiva, sob o comando do formalismo, na extensa, inquieta e produtiva geografia brasileira, não foi tecida sem incisões, resistências, adaptações. Vários geógrafos não cederam às tentações, outros souberam aproveitar componentes positivos advindos do *ethos* acadêmico originado da pós-graduação, a partir de projetos de pesquisa, montagem de grupos de estudos, de redes; realização de intercâmbios fora do país, trocas de experiências com outros campos científicos.

No interior desse fazer – de avanços, recuos e de infusões – a textualidade geográfica foi duramente atingida. A partir dos trabalhos de dissertações de mestrado, de tese de doutoramento e também de monografias ou artigos de conclusão de curso de graduação, foi se constituindo um *habitus* de escritura geográfica. Muito marcado por citações de figuras legitimadas nos cânones, por uma espécie de propaganda da máquina acadêmica, insuflado pela lei da prensa, vigiado, reduzido e, às vezes, castrado, o texto geográfico, ao expressar o pensamento geográfico em voga, se responsabilizou por formar um conteúdo geográfico concernente à prensa.

Lógico que as novas fontes tecnológicas, como o *Google*, os bancos de dados eletrônicos, e toda a imensa e infinita biblioteca da infovia facilitam o apressamento textual e a camuflagem de uma erudição disfarçada. A própria figura do livro, como densa expressão de uma pesquisa, de uma reflexão, curvou-se ao modelo de artigos e ensaios, ao modo da importação do estilo da textualidade das ciências físicas e biológicas dos países dominantes. A interlocução teórica, a leitura de clássicos da cultura universal e da geografia, o debate demorado e insistente ao modo da tradição filosófica, cederam lugar ao disfarce de erudição mediante as citações.

Disfarçar a erudição por meio de citações das figuras canonizadas ou desenvolver a repetição sloganizada, às vezes sob a forma de linguagem diferenciada, cumpririam o mesmo objetivo: formatar o pensamento, fazer do texto uma narrativa protocolar, expurgar o toque frondoso da imaginação. Isso tudo redundou no fato de que o pensamento, sob os moldes da pressa e golpeado pelo formalismo, lograsse-se como empobrecimento da reflexão do mundo.

Em alguns casos, o chamado discurso crítico – também golpeado pela repetição –, ao cabo do denunciamento sustentado por indicadores e axiomas de efeito, sem pensar a si mesmo, tem sido desenvolvido para angariar aplausos da plateia, sustentar lugares em mesas de debate, filiar-se à lideranças intelectuais celebrizadas. No plano concreto das relações micrológicas, em muitas situações os adeptos dos discursos meramente denunciadores se juntam aos que, com clareza, defendem a geografia do mercado, ao controle de revistas e aos burocratas de órgãos acadêmicos. De maneira que pode ocorrer – e ocorre – de sujeitos terem grande força no poder de comando da máquina universitária e ser frágeis intelectualmente.

A identidade textual expressiva do modo de pensar fundado no *habitus* da pressa tende a arremessar o autor para uma função: ser administrador de uma fórmula. Em bancas de defesa de mestrado ou de doutoramento, em processos de orientação ou na lida de estudos, o orientador-administrador cobra o cumprimento da fórmula, às vezes seguindo as leis e os artigos da ABNT - Associação brasileira de normas técnicas. Desse *habitus* resulta uma condição: não situar o texto como pensamento em formação, como documento da produção de sentido. Discursos revolucionários em formas textuais positivistas dançam o baile do *ethos* academicista. E, na dança, posiciona o autor a ser apenas um repetidor da fórmula que, no fundo – e invisivelmente – se estabelece numa rede de poder costurada num aro gigantesco: desde a leitura do orientador, passando por arguidores de bancas até os modelos de projetos de pesquisa dos órgãos financiadores, chegando aos programas de educação, em nível global promulgados pelo banco mundial.

Nessa onda, o texto é o calibre da performatização do pensamento e da submissão ao poder dominante. Nesse diagrama algumas confusões de caráter conceitual são alavancadas. A primeira é entre ética e controle. Ora, o que é promulgado como “ética”, quase sempre é a adesão cega às fórmulas de controle do estilo, do uso lexical, dos modos de expressar. O que na cabeça de avaliadores pode ser considerado “ético”, de fato é a vitória do controle, por meio do adestramento textual e reflexivo.

Pode-se também confundir regra e reprodução, ou seja, ao fazer o texto, sob vigilância de regras linguísticas, de organização ou de modos de construir a sintaxe, pode-se cair apenas na fórmula da reprodução de um *habitus*. A mesma confusão pode ocorrer entre discurso e práxis. Especialmente, pelo fato da escola, em qualquer grau, ser o lugar da palavra, isto é, da palavra-mundo, os que compreendem o fascínio e a força do discurso alimentam o seu lugar na rede de poder, esquivando-se das práticas. A antiga sabedoria para o qual é necessário ver os que pessoas fazem para ouvir o seu discurso, num lugar em que o fazer é o próprio discurso pode gerar um alheamento à práxis como destino do próprio discurso – e das ações.

Há que se abrir parênteses necessários: não se trata de desvalorizar o discurso e o papel da universidade ou de qualquer órgão formador por fazer derivar uma discursividade própria. Não se trata, ainda, de desvalorizar a teoria e o seu papel na interpretação dos objetos e dos eventos da vida. Trata-se de, como advertiu Arroyo (2012), em pé de diálogo com Freire (1998), de arranhar o sistema que põe a performance ou o comércio do discurso no lugar da reflexão e da criação. Para isso, como ensinam Arroyo (2012) e Freire (1998), a palavra não pode deslocar-se da vida daquele que o profere.

Poucos se fala e se ouve das tensões de vida dos alunos; do adoecimento dos professores; das suas dores e de suas ligações com o trabalho; dos medos, da insegurança, das tristezas, especialmente dos trabalhadores quando vão escrever dissertações e teses. Como numa suspensão da vida em nome do cumprimento de tarefas, ocorre de se estudar a vida de comunidades, de sujeitos urbanos, rurais, desmantelando a própria vida. As trajetórias de vida de professores e de alunos, as suas relações, as dificuldades, ou seja, o mundo concreto

mediado pelo trabalho acadêmico, de pesquisa e de formação, ao invés de ser suspenso da reflexão, parece ser a prova dos nove, pois externalizar a crítica da própria experiência é uma forma de torná-la menos vigorosa.

Quando várias igrejas atualmente utilizam a forma narrativa do testemunho e pelo testemunho leva mos trabalhadores da periferia urbana a publicizarem suas dores, sofrimentos, humilhações, abre-se a oportunidade para o ato discursivo vasculhar o fundamento concreto da vida. Embora, como se sabe, no caso das igrejas, o ato de testemunhar a vida, no coletivo, tem uma direção metafísica. A pronúncia do mundo, feito pelo trabalhador, pelas pessoas simples, por alunos, professores, é uma forma de responder a pergunta de Hollanda (2019): onde eu me encontro no mundo social? Essa pergunta a vertente metafísica não faz; não quer fazer.

“Onde estou?” – é para muitos geógrafos o centro teórico e político da geografia; é o princípio da existência da geografia. Responder geograficamente “onde estou?”, junta a palavra, que constrói lucidez, que explica, escrutina relações e o território que condiciona as relações, acolhe-as, entremeia-se delas. Posto assim, tanto no campo científico como no da luta política, a mudança social requer a mudança de linguagem, a mudança de linguagem é uma forma de acionar a mudança política.

Interpretar as textualidades, os *habitus* de diferentes escrituras, as identidades discursivas, as estratégias e as astúcias, as repetições, os slogans, os vícios de linguagens, e as performances são formas de saculejar a ciência, fazê-la viva, clarear a sua direção política, problematizar também o seu lugar no mundo. Se a crítica de linguagem é, junto uma crítica social – e toda crítica decisivamente inclui os modos de narrar, quando os geógrafos leem literatura, além de uma posição ornamental e diletante, leem-na para pronunciar melhor o mundo; para acionar a imaginação e, assim, poderem sobrepor o formalismo academicista, a escritura laboratorial, as performances dissimuladas como críticas.

A dimensão literária da geografia repousa nisso: o reconhecimento da geografia como narração, esta, aberta, inventada, possível a um sem-número de possibilidades. O movimento da literatura em que a palavra se realiza na plenitude – no fazer geográfico vai além da linguagem: interpela o sujeito que fala, em que contexto fala, por que fala. No modo de produção do dizer, as peças da dizibilidade são internas e externas, interroga-se quem fala em nossos dedos que escreve; procura-se o sentido de todas as ações. No dizer advém o contexto, as circunstâncias, as esferas econômicas e políticas. Sujeito, linguagem e território se enovelam na busca de sentido: eis a dimensão literária da geografia; eis a dimensão política da literatura.

A literatura que se lê

Uma das características das ciências sociais e das humanidades, a partir das implicações em todas as esferas da vida pelas sociedades mundializadas, é a diminuição de fronteiras entre os campos científicos e entre as disciplinas. A geografia brasileira, depois de 1990, com a queda do muro de Berlim, com a crise do socialismo do leste europeu e com a ascensão e influência das tecnologias no mundo da produção, do mercado, da publicidade e no cotidiano, ramificou-se, atomizou-se. Assim, mais que diminuir fronteiras entre os campos de saber e entre as disciplinas, a geografia conheceu o aumento de fronteiras internas. Em muitos casos, laboratórios, grupos de estudos e sub-departamentos instucionalizaram a fragmentação.

O apelo à predicação para designar as múltiplas geografias foi uma evidência dessa proliferação de identidades. Nomes como “geografia do trabalho”, “geografia da existência”, “geografia cultural”, “geografia cultural renovada”, “geografia cultural crítica”, infogeografia, geomática, geografia menores, geografia do sujeito, geografias fenomenológicas, geografia do turismo, geografia da música, geografia do romance – e tantas outras designações, demonstram a profunda atomização do saber geográfico, ou a sua profunda fragmentação.

A implicação das sociedades mundializadas nas ciências, em sua tessitura interna, nos métodos, nos propósitos de sua produção, na forma de proceder o conhecimento, não foi diferente da produção literária. Atento a essa realidade, o ensaísta, escritor e político, Lhosa (2012), explica que hoje: os movimentos culturais e estéticos contemporâneos deram lugar a estratégia.

O tom estrategista, como insinuou Lhosa (2012), aumenta-se na medida que progrediu os mecanismos para ler os gostos das diferentes camadas sociais, suas predileções por roupas, comidas, leituras, viagens. O mesmo procedimento ocorreu e ocorre com a capacidade, ao modo de uma sociedade de controle, de alvejar o itinerário de cada pessoa, sua contabilidade financeira pessoal, o uso de cartão de crédito. Sob esses mecanismos estratégicos, a emoção, o desejo, o afeto e o imaginário entram na roda de negócios. A subjetividade passa a ser assediada, perseguida, mapeada.

Nesse quadro, os gêneros de narrativa, os estilos, a forma de publicização dos textos, os tipos de livros como os *DOCS-books*, *ebooks*, textos digitais, as formas textuais sincopadas - e outros tipos e expedientes das textualidades - se estendem também numa profunda fragmentação. Contudo, conforme explica o ex-professor, escritor e ensaísta, Tezza (2012), algo não se altera no fazer literário: a sua essência filosófica. Ou seja, um romance, um poema, uma novela, uma crônica ou um *hai-kai*, por mais que sofre uma alteração no seu formato, trata-se de um trabalho humano voltado à devassa humana, ou seja, uma procura de entender o mundo humano, suas pejeas, seus dramas, sua beleza, seus desafios. Como produtos do sujeito situado num mundo concreto, a literatura é cortada também por conflitos.

Por isso, como trabalho humano, logrado pelo critério ficcional, a obra literária, como qualquer outra, é referendada por um esquema de valor. O comprometimento ético da obra ficcional, como é o caso da literatura - e de outros gêneros da arte, como o cinema, o teatro, ao mobilizar sensações, imaginações, memórias, emoções, possuem na estética um componente filosófico para enfrentar a miséria humana. Esse enfrentamento nunca estará fora da história, da vida concreta, incluindo a linguagem, os suportes culturais, as lutas dos trabalhadores, a dramaticidade da vida de todos que procuram um mínimo de equilíbrio emocional; que entram nas guerras das relações para poder viver; que, com frequência, são obrigado a outorgar sentido ao que faz, sente, vê.

Face isso, a produção literária contemporânea, embora sob um flanco de possibilidades, irradiada em diferentes formas, possui um esquema de valor em conflito: há, por exemplo, o crescimento da literatura da periferia, das margens, dos coletivos que reivindicam o lugar de fala, lutam para ser ouvidos, como a literatura negra, o movimento dos escritores indígenas, a literatura feminina; e, noutro polo, uma literatura diretamente metafísica e liberal, como a de auto-ajuda, a esotérica, a confessional, a do empreendedorismo individual que busca sucesso, glorificação.

Entre esse rol de gêneros, estilos e formas narrativos, alguns pontos alinhavam a cena da produção literária no momento histórico atual. Pode-se citar, entre essas características, o que é central das sociedades mundializadas: a criação de novos estilos narrativos; a mistura de gêneros e, daí a promulgação do ecletismo. Junto a isso, percebe-se que as facilidades de editoração, publicação e organização, fazem estender a produção de livros, textos, e, em muitos casos, criam repetições e modas.

Outra característica saliente é a adoção da linguagem comum e o entrelaçamento entre elementos da chamada cultura erudita à cultura popular. Autores com formação erudita, acadêmica, inclusive, professores de teoria literária e de literatura, em geral, descobrem o legado poético da fala comum, dos gostos comuns. Vejamos uma passagem da escritora Elvira Vigna. Ela que se formou em literatura pela Universidade de Nancy - França e cursou o mestrado em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No seu livro *Nada a Dizer*, a escritora faz uso da linguagem comum:

Pediram frango a passarinho e cerveja. Ficaram em amassos entre um alho e outro. Mais amassos. Num amasso, Paulo, desajeitado, derrubou a cerveja. Enxugaram-se com guardanapinhos de papel que grudavam não só na cerveja como no suor que estava debaixo da cerveja. Pois suavam. Paulo riu mais, mais que gostaria. Não é fácil o caminho até o sexo. Principalmente quando se imagina um sexo desavergonhado, bruto, sem prolegômenos, e o que se tem em frente é a cara bem conhecida de uma velha amiga e colega de profissão. Pois Paulo e N. se conheciam havia cinco anos. Não é fácil. A que horas daria para dizer Agora vira e abre bem as pernas. A que horas daria para dizer Então vamos (VIGNA, 2010, p.14-15).

A junção entre cenas comuns do cotidiano e narrativa bem talhada, o despojamento do texto e a produção de imagens corriqueiras, insinua a abertura da literatura contemporânea à voz popular, às cenas de vida, ao gesto universal do amor e do sexo, sem ter que passar por uma espetacularização dramática. A literatura vai ao chão, contorna o cotidiano, mostra a vida na situação aparentemente reles, contudo possui fluência estética e filosófica.

Se em Elvira Vigna o que se vê é a palavra de um escritor que, originada da classe média urbana, tece críticas, relata costumes, universaliza as emoções e os afetos humanos, em Conceição Evaristo, a literatura brada a vida de origem negra. Sem requintes, os seus textos cumprem a função literária porque denunciam, acendem o pavio da memória, alertam. No livro *Poemas de recordação e outros movimentos*, Evaristo (2017), no poema *Vozes-mulheres*, inscreve a memória como fonte poética que transgreda a dimensão pessoal para a raça:

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

O movimento de escritores indígenas, de escritoras feministas, de escritores negros e da voz da periferia, ganha volume, atenção e repertório a partir de um combate de narrativas, de estética, de visão de mundo. Ao abrirem-se à diversidade de sujeitos, vozes e gostos, essas escrituras-de-mundos, com braços à etnicidade, à raça, à gêneros, à memória, procedem interxtualidades, incrementam as narrativas com a verve popular; promovem enunciações políticas, pedem passagem nos grandes eventos literários; lançam temas do cotidiano.

Hollanda (2019), sintetiza que hoje no Brasil há duas novidades culturais: a voz da periferia e a implicação da *internet*. Assim, a literatura, na sua multiplicidade, torna-se um documento histórico, uma escuta das sociabilidades contemporâneas, das lutas, dos poderes, das reivindicações do lugar de fala; e da disputa pelo território. Quando a vida numa favela, o sofrimento do trabalhador informal e a culpa de povos indígenas desaldeados, a situação de prostitutas, de mendigos, de pessoas com deficiência, de presos, homicidas, ganham espaço nos enredos, e todos os sujeitos são convidados a falarem a sua vida, a dimensão política da literatura ultrapassa a política institucional: a fala, o dizer e o contar a vida se nos aparecem como fonte de libertação, de produção de sentido, de leitura da situação na qual se encontra.

Especificamente o trabalho com a memória, ou seja, o uso da palavra para fazer a vida memorizável, é uma das maiores contribuições políticas da literatura. Ao contrário, o apagamento da memória, ou a tentativa de fundar relações humanas somente no presenteísmo, juntamente com a inferiorização de sujeitos, são táticas ideológicas decisivas para os poderes dominantes alimentarem-se da desigualdade social, do monopólio, da homofobia e da violência.

Daí, recolocar a memória num pleito estético, por meio de poesias, crônicas, romances - ou de qualquer expediente literário, contrapondo-se ao modelo sloganizado da política institucional ou formalista dos discursos acadêmicos, politiza o invisível humano, elucida o seu lugar no mundo, gera oportunidades para que a referência de vida não seja apenas a do opressor, dos ricos, dos que moram em mansões e cumprem o seu rito de vida a partir do consumismo. Esse é um alumbramento de boa parte da literatura contemporânea que reivindica um lugar de fala.

A dimensão política da literatura enriquece a dimensão literária da geografia. Ambas narram e enunciam. Uma sob o prisma ficcional, outra sob o prisma teórico e metodológico, ao se interseccionarem, esclarecem: a ficção não é uma mentira, nem um adorno; a ciência não é sinônimo de verdade, nem possui legitimidade única para falar do real. Pela narrativa ficcional descobre-se dramas, impasses, procuras humanas; pode-se, com ela, enriquecer a compreensão do humano - e a sua potência para transformar-se; e pela geografia, a dimensão objetiva e concreta do mundo, fonte de qualquer palavra e da vida humana, posta à narrativa, compromete-se com a ação complexa da palavra.

Se hoje as narrativas literárias são povoadas de conflitos, com fórmulas ácidas e cétricas; com modalidades evasivas e com textualizações narcísicas, noutra posição, com a fala das "quebradas", dos subordinados, a literatura ajuda a combater o formalismo acadêmico, evitado de repetições, slogans, apressamento. Quando se põe o problema aglutinador de ambos - como o ser humano pode habitar este mundo precário? - o encontro da literatura com a geografia junta território e dizer. Viver possui inelutavelmente uma dimensão territorial, inelutavelmente é uma dimensão do dizer.

O rol de críticas a algumas formas literárias, ou a interrogação comumente feita à hegemonia literária neste período, geralmente formulando a interrogação: "a literatura se rendeu?", demonstra que a literatura é, para os críticos e para os próprios literatos, matéria de crítica social. Incidem sobre os escritores, que buscam a "glorificação do eu" ao estilo de confissão narcísica; e aos que buscam suportes metafísicos em suas narrativas, críticas de sua flacidez ética. São criticados também a natureza de sua estética performática. Todas essas críticas demonstram que a literatura é atingida pelo escopo das ideologias, da produção e das máquinas que produzem a subjetividade.

Quando Tezza (2012), diz que a literatura é sempre invenção ligada à realidade, e que a experiência humana só procede na luta histórica quando narrada, ultrapassar a concepção ornamental da literatura e não se aquietar com a concepção formalista da geografia, é um chamamento para indispor-se contra uma vida cosmética e adestrada; é um convite para uma vida intensa e apaixonada. A vida envolve os signos, o que vemos, o que ouvimos, o que falamos, onde pisamos.

Considerações finais

Apesar de qualquer trabalho desenvolvido por geógrafos, em qualquer campo temático, ser possível apenas em forma de narração e, apesar de a geografia nascer ligada à literatura, não é fácil construir ou escolher uma palavra que designe a influência de um campo no outro. Adeptos dessa experiência, no Brasil e também fora do Brasil, nas últimas décadas, usam vários termos para pontuar esse viés mútuo de influências. Palavras como “aproximação”, “intersecção”, “mediação” ou simplesmente “junção” são, em ocasiões diferenciadas, escaladas para essa tarefa promissora (Almeida, 2003; Monteiro, 2001; Silva, 2001; Susuki, 2005). É complexa. Pode-se sintetizar: a literatura precisa situar espacialmente a sua ficção; o geógrafo precisa interrogar o seu dizer.

Conceber a geografia como um dizer, dizer múltiplo, em movimento, aberto à imaginação, fundado no conceito, na teoria, no método, portanto, fadado ao tirocínio da linguagem; e conceber a literatura como escuta do real, tônus de valor, voz humana sobre si mesma, experiência de pensar a dramatização da vida concreta, podem revelar que há uma dimensão literária na geografia como há uma dimensão política na literatura. Mas é mais: quando o geógrafo lê literatura como um expediente de enriquecimento do seu pensamento, conforme foi argumentado, Ele poderá ultrapassar os esquemas fechados, sloganizados, protocolares, formalistas; e quando a literatura compromete-se com o esquema de valor que esposa em qualquer dizer, e torna claro a potência ficcional da vida humana, pode gritar por liberdade, transformação, coragem, e assim, politizar a sua empreita. A literatura é, assim, uma potência para superar a tirania das fórmulas academicistas; a ciência pode ajudar a literatura não se perder nos veios meramente adornantes da criação.

Ambas, em separado ou interseccionadas, uma ensinando a outra, todas aprendendo, são tecidas pela implicação das sociedades mundializadas. A necessidade de expansão econômica custando a predação ontológica, o desemprego estrutural, o adoecimento e a violência; o trânsito de negócios no cassino global; a lei da pressa; a competição; a implementação de ideologias narcísicas, hedonistas; a configuração de um território em alta voltagem; a torrente de informações e de imagens; a necessidade de fazer marketing da existência e de proceder o negócio da memória, da voz, da emoção, implicam no dizer geográfico e no fazer literário.

As escrituras geográficas e as narratividades literárias, implicadas pelas sociedades mundializadas, se veem num plano de conflito. Do lado da geografia crescem os grupos de estudos, as possibilidades de intercâmbio, de parcerias, de troca de saberes; do lado da literatura, há o benefício de haver mais leitores; de a palavra escrita ter grande força na sociabilidade; de as pessoas poderem publicizar a sua visão de mundo. Entretanto, sob o golpe da pressa, manietada pelas ideologias, antes o que a literatura cumpria, isto é, a tarefa de dramatizar a experiência humana, proceder uma devassa do tempo, gerar altivez do espírito, dá lugar, com os gêneros de auto-ajuda, do esoterismo, de biografias encomendadas, de *best sellers*, ao cinismo, à acidez, ao domínio de mentes que demandam por uma explicação de seu sofrimento, de sua miséria. Não à toa que o texto mais lido no mundo é a bíblia. Ora, se o papel da literatura era o de revelar a miséria humana, pode, nesses termos, usufruir da miséria para gerar o silenciamento da desigualdade social, da violência, do preconceito. Contudo, há reação: o movimento de escritores indígenas, dos circuitos da literatura negra, feminina; de trabalhos que estetizam o cotidiano da classe trabalhadora, reivindicam um lugar no mundo erguendo as mãos contra os cânones ou contra o silenciamento dos que,

com a vida simples, tecem também dizeres belos, ricos de imagens, imaginativos.

A geografia brasileira, profundamente movimentada, inquieta, se multiplica e se fragmenta, como foi visto. Uma de suas rendições aos intentos da economia capitalista mundializada, é a sua textualidade que, sob o comando da pós-graduação, em nome do *habitus* acadêmico da prensa, se deslancha por meio de um formalismo abstrato, insosso, repetido, pobre de imaginação e de reflexão.

O geógrafo que lê literatura e o faz com as suas balizas conceituais e com o seu comprometimento crítico, pode recolocar o seu dizer-pensar e, no possível, romper com o formalismo sem perder a sua idoneidade científica. Aglutinar conceito, experiência e imaginação é o que se intenta na arte de descobrir a dimensão literária da geografia e a dimensão política da literatura. É quando a explicação e a crítica abraçam a imaginação e a criatividade. E o conceito se faz sensível, a sensibilidade pede explicação; é o logro da razão apaixonada.

Referências

- ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda. RATTI, Alessandro J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.
- ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.
- BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BETTO, F. **O Ofício de Escrever**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Anfiteatro, 2017.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro: PD&A, 2000.
- EVARISTO, C. **Poemas de Recordação e outros Movimentos**. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. (1^a edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOLLANDA, H. B. de. **Onde é que eu estou?** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LHOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- MONTEIRO, C. A. de F. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo Geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editora, 2016.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 1999.
- PAZ, O. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida cafetinada** – São Paulo: N-1 edições, 2018.
- SILVA, V. C. P. da. **Representação das cidades**. Formação, Presidente Prudente, n. 8, p. 75-86, 2001.
- SUZUKI, J. C. Uma leitura da cidade na obra poética de Paulo Leminski. **Revista ANPEGE**, Fortaleza, v. 2, p. 114-142, 2005.
- TEZZA, C. **O espírito da prosa** – uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- VIGNA, E. **Nada a dizer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.